

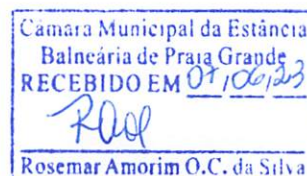


Município da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

Em 07 de junho de 2023.

OFÍCIO GP Nº 426/2023

Excelentíssimo Senhor
MARCO ANTONIO DE SOUSA
Presidente da Câmara Municipal de Praia Grande
PRAIA GRANDE – SP



Senhor Presidente,

Encaminho a essa Colenda Câmara, em devolução, o Autógrafo de Lei nº 11/2023 relativo ao Projeto de Lei 13/23 qual contém o **VETO TOTAL**, em razão da sua inconstitucionalidade, ante as razões abaixo declinadas.

O Autógrafo de Lei dispõe, sobre a disponibilidade de mapas táteis e informações em braile, nos locais que especifica.

Com efeito, a matéria está inserida na “reserva da administração” que compreende competências materiais atinentes à gestão administrativa conferida exclusivamente ao Poder Executivo, violando-se as disposições dos artigos 5º, 47, II, XIV e XIX, “a”, da Constituição Estadual, aplicável aos Municípios por força de seu art. 144.

A propositura do presente Autógrafo, incorre em vício de iniciativa, uma vez que insere obrigação de adoção de medidas concretas e específicas em prédios públicos, e, ainda, em estabelecimentos de saúde que abrangem os instituídos pela Administração Municipal.

Desta forma, a matéria está inserida na “reserva da administração” que compreende competências materiais atinentes à gestão administrativa conferida exclusivamente ao Poder Executivo, caracterizando, violação expressa ao disposto nos artigos 5º, 47, II e XIV, da Constituição Estadual, aplicável aos Municípios por força do seu art. 144.

Ensina sobre a distinção entre as funções do Legislativo e do Executivo, HELY LOPES MEIRELLES: “Em sua função normal e predominante sobre as demais, a Câmara elabora leis, isto é, normas abstratas, gerais e obrigatórias de conduta. Esta é sua função específica, bem diferenciada da do Executivo, que é a de praticar atos concretos de administração. Já dissemos e convém se repita que o Legislativo provê in genere, o Executivo in specie: a Câmara edita normas gerais, o prefeito as aplica aos casos particulares ocorrentes. Daí não ser permitido à Câmara intervir direta e concretamente nas atividades reservadas ao Executivo, que pedem provisões

7



Município da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

administrativas especiais manifestadas em ordens, proibições, concessões, permissões, nomeações, pagamentos, recebimentos, entendimentos verbais ou escritos com os interessados, contratos, realizações materiais da Administração e tudo o mais que se traduzir em atos ou medidas de execução governamental.” (destacamos e grifamos - “Direito Municipal Brasileiro” 2013 17ª ed. Ed. Malheiros Cap. XI 1.2. p. 631).

Portanto, a iniciativa do processo legislativo traduz verdadeira ingerência nos atos de gestão, a revelar, indubitavelmente, invasão de competência conferida ao Poder Executivo.

Diante do exposto, a matéria abordada pelo Autógrafo de Lei nº 11/2023 é inconstitucional, possui vício de iniciativa, pois disciplina ato de competência privativa da Chefe do Executivo, ofendendo o Princípio da Separação e Harmonia dos Poderes, bem como da reserva da administração, razões do seu veto total.

Aproveito a oportunidade para reiterar nossos protestos de elevada estima e consideração a Vossa Excelência.

Atenciosamente,

ENG. RAQUEL AUXILIADORA CHINI
Prefeita